



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 04731/21**

Objeto: Prestação de Contas Anuais

Relator: Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo

Responsáveis: Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho e outro

EMENTA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS – PRESIDENTES – ORDENADORES DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – INSUBSISTÊNCIA DE MÁCULAS RELEVANTES – REGULARIDADES – RECOMENDAÇÕES. A inexistência de eivas enseja o equilíbrio das contas, *ex vi* do disposto no art. 16, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, com a ressalva do art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do TCE/PB.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 00746/2021

Vistos, relatados e discutidos os autos da *PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DOS ORDENADORES DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO/PB DURANTE O PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO E 16 DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO, SR. ALEXANDRE MARCIO RAMOS ROCHA FILHO, CPF N.º 060.511.684-94, E O INTERVALO DE 15 DE FEVEREIRO A 15 DE MARÇO, SR. ARNOBIO CARVALHO DA SILVA JUNIOR, CPF N.º 610.057.894-87*, relativa ao exercício financeiro de 2020, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB, em sessão realizada nesta data, com as ausências justificadas dos Conselheiros Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e Antônio Gomes Vieira Filho, bem como as convocações dos Conselheiros Substitutos Antônio Cláudio Silva Santos e Renato Sérgio Santiago Melo, na conformidade do voto do relator a seguir, em:

1) Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, *JULGAR REGULARES* as referidas contas.

2) *INFORMAR* às supracitadas autoridades que a decisão decorreu do exame dos fatos e das provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas.

3) *ENVIAR* recomendações no sentido de que o Presidente do Poder Legislativo de Cacimba de Dentro/PB, Sr. Arnobio Carvalho da Silva Junior, CPF n.º 610.057.894-87, observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, notadamente o disposto no Parecer Normativo PN – TC – 00016/17.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 04731/21**

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
Publique-se, registre-se e intime-se.  
**TCE/PB – 1ª Câmara Virtual**

João Pessoa, 01 de julho de 2021

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO  
Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho  
**Presidente**

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO  
Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo  
**Relator**

Presente:

**Representante do Ministério Público Especial**

ASSINADO ELETRONICAMENTE NO FINAL DA DECISÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 04731/21**

RELATÓRIO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Cuidam os presentes autos do exame das CONTAS de GESTÃO dos Presidentes da Câmara Municipal de Cacimba de Dentro/PB, Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho, CPF n.º 060.511.684-94, (período de 01 de janeiro a 14 de fevereiro e 16 de março a 31 de dezembro), e Sr. Arnobio Carvalho da Silva Junior, CPF n.º 610.057.894-87, (intervalo de 15 de fevereiro a 15 de março), relativas ao exercício financeiro de 2020, apresentadas eletronicamente a este eg. Tribunal em 16 de abril de 2021.

Os peritos da Divisão de Auditoria da Gestão Municipal V – DIAGM V deste Tribunal, após exame das informações inseridas nos autos, auditaram, através de instrumentos eletrônicos, as presentes contas e emitiram relatório, fls. 200/208, constatando, sumariamente, que: a) a receita orçamentária efetivamente transferida durante o exercício para o Poder Legislativo alcançou o valor de R\$ 1.586.091,44; b) a despesa orçamentária realizada no período pelo Parlamento Mirim também atingiu o montante de R\$ 1.586.522,26; e d) os gastos com a folha de pagamento do Legislativo local abrangeram a importância de R\$ 1.082.560,42 ou 68,25% dos recursos repassados – R\$ 1.586.091,44.

Em relação à remuneração dos Vereadores, os técnicos desta Corte verificaram que os Membros do Poder Legislativo da Comuna, inclusive o Presidente, Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho, receberam subsídios de acordo com o disciplinado no art. 29, inciso VI, alínea “b”, da Lei Maior, ou seja, inferiores aos 30% dos estipêndios estabelecidos na Lei Estadual n.º 10.435/2015 para os Deputados Estaduais e para o Chefe da Assembleia Legislativa da Paraíba, limitados ao valor da remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF.

Especificamente no tocante aos aspectos relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000), os inspetores da unidade técnica deste Tribunal assinalaram que a despesa total com pessoal do Poder Legislativo alcançou a soma de R\$ 1.309.380,77 ou 3,20% da Receita Corrente Líquida – RCL da Comuna (R\$ 40.894.420,78), cumprindo, por conseguinte, os limites de 6% (máximo) e 5,7% (prudencial), estabelecidos, respectivamente, nos arts. 20, inciso III, alínea “a”, e 22, parágrafo único, ambos da supracitada lei.

Ao final, os especialistas desta Corte assinalaram que não foram constatadas irregularidades relevantes e desconformidades na presente Prestação de Contas Anuais.

Instado a se manifestar, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB, fls. 211/215, ao destacar um possível excesso de subsídios recebidos pelo Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho, mas reconhecendo a força normativa de precedentes desta Corte de Contas em sentido diverso, consubstanciada na Resolução RPL – TC – 00006/17, pugnou, em apertada síntese, pelo (a): a) regularidade com ressalvas das contas do Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho; b) declaração de atendimento aos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 04731/21**

requisitos da gestão fiscal responsável dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal; c) envio de recomendações à administração da Edilidade no sentido de observar fidedignamente os limites constitucionalmente estabelecidos na fixação e percepção dos subsídios dos seus Membros; e d) arquivamento do presente feito.

É o breve relatório.

VOTO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): *In casu*, ao manusear o presente caderno processual, constata-se, com fundamento na análise dos especialistas deste Pretório de Contas, fls. 200/208, que as contas apresentadas pelos Presidentes da Câmara Municipal de Cacimba de Dentro/PB durante o período de 01 de janeiro a 14 de fevereiro e 16 de março a 31 de dezembro, Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho, CPF n.º 060.511.684-94, e o intervalo de 15 de fevereiro a 15 de março, Sr. Arnobio Carvalho da Silva Junior, CPF n.º 610.057.894-87, tornaram evidente a regularidade na aplicação dos valores mobilizados pela Edilidade durante todo o exercício financeiro de 2020.

Desta forma, salvo melhor juízo, as execuções orçamentária, financeira, operacional e patrimonial estiveram dentro dos ditames constitucionais, legais e normativos pertinentes. Ademais, os documentos necessários ao exame do feito foram apresentados tempestivamente e atestaram a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos praticados pelos Srs. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho e Arnobio Carvalho da Silva Junior, merecendo, por conseguinte, o seus julgamentos regulares, *ex vi* do disposto no art. 16, inciso I, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18/1993), *in verbis*:

Art. 16 – As contas serão julgadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

Entrementes, caso surjam novos fatos ou provas que interfiram, de modo significativo, nas conclusões alcançadas, esta decisão poderá ser alterada, conforme determina o art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – RITCE/PB.

*Ex positis*:

1) Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93, *JULGO REGULARES* as CONTAS de GESTÃO dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 04731/21**

ORDENADORES DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO/PB durante o período de 01 de janeiro a 14 de fevereiro e 16 de março a 31 de dezembro, Sr. Alexandre Marcio Ramos Rocha Filho, CPF n.º 060.511.684-94, e o intervalo de 15 de fevereiro a 15 de março, Sr. Arnobio Carvalho da Silva Junior, CPF n.º 610.057.894-87, relativas ao exercício financeiro de 2020.

2) *INFORMO* às supracitadas autoridades que a decisão decorreu do exame dos fatos e das provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas.

3) *ENVIO* recomendações no sentido de que o Presidente do Poder Legislativo de Cacimba de Dentro/PB, Sr. Arnobio Carvalho da Silva Junior, CPF n.º 610.057.894-87, observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, notadamente o disposto no Parecer Normativo PN – TC – 00016/17.

É o voto.

Assinado 2 de Julho de 2021 às 11:29



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 1 de Julho de 2021 às 13:01



**Cons. em Exercício Renato Sérgio Santiago  
Melo**  
RELATOR

Assinado 6 de Julho de 2021 às 10:38



**Marcílio Toscano Franca Filho**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO